



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

Aos 10 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 11/XIII/1.ª, relativa à reunião de 3 de fevereiro de 2016

2. Apreciação e votação dos requerimentos apresentados pelo PS, para, a propósito de notícias sobre as remunerações dos membros do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil, ouvir a Deputada Maria Luís Albuquerque, o Dr. António Pires de Lima, e o Professor Doutor João Abreu de Faria Bilhim; pelo PSD, para ouvir as comissões de fixação de vencimentos das diversas entidades reguladoras nacionais; pelo CDS-PP, para ouvir a comissão de vencimentos da ANAC; e pelo BE, para ouvir o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas.

3. Apreciação e votação dos requerimentos apresentados pelo CDS-PP, BE, PS e PSD para audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre a alteração dos acordos celebrados entre o governo e o consórcio Atlantic Gateway.

4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 72/XIII/1.ª (PCP) – Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125

5. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 86/XIII/1.ª (PCP) – Extinção da Empresa Metro Mondego e reposição, modernização e eletrificação do Ramal da Lousã

6. Nomeação de Deputado autor do parecer para o Projeto de Lei n.º 115/XIII/1.ª (PCP) – Retoma a conceção de serviço público no regime jurídico das Estradas Nacionais (Primeira alteração à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril)
– Nomeação cabe ao PS

7. Nomeação de Deputado autor do parecer para a Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª (GOV) – Aprova das Grandes Opções do Plano para 2016



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

8. Nomeação de Deputado autor do parecer para a Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2016

9. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da ata n.º 11/XIII/1.ª, relativa à reunião de 3 de fevereiro de 2016

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente submeteu a votação a ata n.º 11/XIII/1.ª, relativa à reunião de 3 de fevereiro de 2016, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

2. Apreciação e votação dos requerimentos apresentados pelo PS, para, a propósito de notícias sobre as remunerações dos membros do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil, ouvir a Deputada Maria Luís Albuquerque, o Dr. António Pires de Lima, e o Professor Doutor João Abreu de Faria Bilhim; pelo PSD, para ouvir as comissões de fixação de vencimentos das diversas entidades reguladoras nacionais; pelo CDS-PP, para ouvir a comissão de vencimentos da ANAC; e pelo BE, para ouvir o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas.

Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS), para apresentar o requerimento do PS, tendo feito referência a notícias sobre o aumento exorbitante dos vencimentos de pessoas que estão na esfera do erário público. Apesar de o assunto não ser novo, afirmou, o que era novo era que estes aumentos tinham sido feitos numa circunstância em que o país deveria estar longe de atender a estas pretensões destes aumentos. Defendeu que importava colher a justificação das pessoas que tiveram o poder de nomeação tanto do conselho de administração como da comissão de vencimentos da Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC). Por outro lado, referiu, a Comissão não podia esquecer as audições que fez dos indigitados para o conselho de administração da ANAC, tendo entendido que algo de anormal tinha ocorrido durante aquele processo, nomeadamente com a indigitação de uma administradora que a Assembleia da República não chegou a ouvir e cuja nomeação estava sustentada por um despacho de nomeação em regime de substituição. Concluiu afirmando que importava perceber se se estava perante um caso isolado ou perante a generalização de



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

situações semelhantes à da ANAC e que as pessoas cuja audição o PS requeria estariam em condições de prestar todos os esclarecimentos de que a Comissão necessitava sobre esta matéria.

Por sua vez, o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) apresentou o requerimento do PSD e considerou que a questão central passava por saber quais as razões das alterações significativas destes vencimentos, quais as metodologias adotadas para se chegar a esses valores, quem tomou estas opções e com que legitimidade e se isso onerava ou não os contribuintes. Pronunciando-se sobre o requerimento do PS, afirmou não ver razão para ouvir o Presidente da CReSAP, porque se tratava de uma questão de vencimentos e não de seleção de pessoas, nem os ex-ministros, sendo que um exercia o mandato de Deputado e o outro não exercia qualquer atividade política, não fazendo sentido que participem nestas audições. Concluiu, reiterando que interessava perceber, em termos comparativos, o que se passava em todas as entidades reguladoras.

Antes de dar a palavra o Senhor Deputado Heitor de Sousa, o Senhor Presidente considerou que o requerimento do CDS-PP não necessitava de apresentação, sendo claro nos seus termos.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) afirmou que o que interessava saber, para além das vicissitudes da nomeação e da fixação dos vencimentos dos membros dos conselhos de administração das entidades reguladoras, era a qual era a opinião do responsável político por essas entidades e o que é que o novo Governo pretendia fazer sobre esta situação. Lembrou que a lei tem como valor de referência para os salários destas entidades o vencimento do Primeiro-Ministro e era preciso saber por que razão os vencimentos dos membros do conselho de administração destas entidades eram de montantes muito superiores a esse e por que razão as comissões de vencimentos os tinham sugerido. Defendeu a necessidade de ouvir, desde logo, a comissão de vencimentos da ANAC e todas as entidades que concorrem para a situação que estava criada e só numa segunda fase ouvir as outras comissões de vencimentos. Expressou ainda concordância com o requerimento apresentado pelo PS, uma vez que os responsáveis por esta situação eram os responsáveis políticos e afirmou acreditar que estes teriam interesse em vir à Comissão esclarecer o assunto, sob pena de ficar sempre a suspeita de, depois de deixarem de exercer cargos governamentais, “lavarem as mãos” em relação a tudo o que aconteceu durante a sua governação.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

Pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) foi afirmado que, perante o conjunto de requerimentos apresentados, o PCP tinha entendido que não valia a pena apresentar mais outro, repetindo propostas para audições. Manifestou concordância com a realização das várias audições requeridas e afirmou que, para o PCP, a questão das entidades reguladoras não se esgotava no problema dos vencimentos dos seus administradores e este não se esgotava na situação da ANAC, mas este caso tinha um carácter, uma dimensão e uma gravidade diferente dos outros. Explicitou que situação da ANAC era particular porque esta entidade tem, por delegação de competências da Comissão Europeia, o parecer sobre a privatização da TAP e vai ter decisões fundamentais sobre o futuro da aviação em matéria de licenças de *handling*. Prosseguiu, lembrando que o conselho de administração da ANAC tem 3 pessoas, duas delas foram ouvidas na Assembleia da República e passaram de um dia para o outro de regulados a reguladores, lembrou que o atual presidente da ANAC afirmou nessa audição que não se pronunciaria sobre decisões relacionadas com a ANA, e a outra pessoa não passou pela CReSAP nem pela Assembleia da República e foi nomeada em regime de substituição e era ex-assessora do então Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, e ainda lá se mantém, com a tutela da regulação económica. Finalmente, a este propósito, questionou ainda se já estava agendada a audição da ANAC para apresentação do plano de atividades, nos termos da Lei-quadro das entidades reguladoras e se o relatório de atividades do ano anterior já tinha sido enviado à Assembleia da República, e defendeu que, em caso negativo, deveria ser solicitado por escrito o envio desses documentos à Comissão. Alertou ainda para o facto de na página da ANAC na Internet não constar o relatório de atividades, nem os vencimentos dos membros do conselho de administração, em desrespeito pela lei, o que considerou uma falta grave em matéria de transparência.

O Senhor Presidente informou que o processo de audição das entidades reguladoras para apresentação do plano de atividades, em cumprimento da Lei-quadro das entidades reguladoras, já tinha sido iniciado na Comissão, mas era necessário compaginar essas audições com as que decorressem da aprovação dos requerimentos que se encontravam agendados para essa mesma reunião.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Luis Moreira Testa (PS) para referir que, quanto ao requerimento do PSD, haveria, potencialmente, cinco comissões de vencimentos para ouvir. Afirmou que o PS estava disponível para ouvi-las mas entendia que era essencial que as questões relativas à ANAC fossem tratadas de forma isolada, pois se se intercalassem as audições de outras comissões de vencimentos com as da ANAC correr-se-ia o risco de desvirtuar a questão.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

Respondeu o Senhor Presidente que acreditava que havia apenas duas comissões de vencimentos nomeadas, mas iria confirmar e a calendarização das audições seria tratada depois da reunião da Comissão, em reunião de Mesa e Coordenadores informal.

Por sua vez, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou o adiamento da votação do requerimento do PSD, até se apurar ao certo quantas comissões de vencimentos estavam nomeadas, para se saber o que se estava a votar.

Pronunciaram-se sobre esta solicitação os Senhores Deputados António Costa Silva (PSD), para discordar, afirmando que assim iria inviabilizar-se o calendário de audições que se iria articular de seguida; e Luís Moreira Testa (PS), para concordar com a proposta do Deputado Bruno Dias, lembrando que o requerimento não ficava prejudicado e que, mesmo que fosse votado nessa reunião, a audição de outras comissões de vencimentos que não a da ANAC só se faria posteriormente, e a audição desta ficava logo aprovada com a votação favorável do requerimento do CDS-PP.

Não havendo mais inscrições para usar da palavra, o Senhor Presidente submeteu à votação o requerimento apresentado pelo PS, o qual foi aprovado com votos a favor do PS, do BE e do PCP e votos contra do PSD e do CDS-PP. De seguida, foi submetido à votação o requerimento apresentado pelo CDS-PP, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN. Igual votação colheu o requerimento apresentado pelo BE.

3. Apreciação e votação dos requerimentos apresentados pelo CDS-PP, BE, PS e PSD para audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre a alteração dos acordos celebrados entre o governo e o consórcio Atlantic Gateway.

O Senhor Presidente considerou que o requerimento subscrito pelo CDS-PP era claro nos seus termos e não carecia de apresentação e deu a palavra ao Senhor Deputado Heitor de Sousa.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) referiu que o interesse prático dos diversos requerimentos era o mesmo, independentemente da justificação política de cada um, pelo que dispensava mais apresentações.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

Pelo Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) foi afirmado que este era um processo que merecia, por parte do PSD, as mais sérias reservas e preocupações e que esperava que a audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas esclarecesse as dúvidas deste processo, nomeadamente quanto ao futuro e as responsabilidades financeiras que poderão existir nesta situação. Considerou que se tratava de uma matéria importante e demasiado grave para não chamar à Comissão o responsável político e esclarecer que acordos foram assinados e se o interesse dos contribuintes foi ou não salvaguardado.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) afirmou que o PS queria que o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas prestasse esclarecimentos sobre esse acordo, que entendeu ser positivo e defender o interesse nacional e que colocava o Estado como maior acionista da TAP. Considerou que seria um ganho o Ministro vir à Comissão, pois isso tinha sido o que não acontecia durante o Governo anterior, uma vez que o Ministro da Economia não falava sobre o assunto, o que, afirmou, era um comportamento pouco transparente.

Finalmente, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) expressou concordância com a audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e considerou que era importante que o Ministro, nesta nova etapa do processo, viesse à Comissão.

Submetidos todos os requerimentos a votação, foram os mesmos aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 72/XIII/1.ª (PCP) – Conclusão das obras de requalificação da Estrada Nacional 125

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia para a reunião ordinária seguinte.

5. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 86/XIII/1.ª (PCP) – Extinção da Empresa Metro Mondego e reposição, modernização e eletrificação do Ramal da Lousã

Não tendo havido qualquer sugestão de alteração da informação, o Senhor Presidente informou que a mesma iria ser enviada à Mesa da Assembleia da República, para que o Projeto de Resolução n.º 86/XIII/1.ª pudesse ser incluído nas votações regimentais seguintes.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

- 6. Nomeação de Deputado autor do parecer para o Projeto de Lei n.º 115/XIII/1.ª (PCP) – Retoma a conceção de serviço público no regime jurídico das Estradas Nacionais (Primeira alteração à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril)**
– Nomeação cabe ao PS

Foi nomeado o Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) para elaborar o parecer desta iniciativa legislativa.

- 7. Nomeação de Deputado autor do parecer para a Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª (GOV) – Aprova das Grandes Opções do Plano para 2016**

O Senhor Presidente sugeriu que este parecer e o relativo à proposta de lei do Orçamento do Estado não seguisse a grelha habitual de distribuição de pareceres de iniciativas legislativas e fosse distribuído a um dos partidos com maior representação. Tendo a Conta Geral do Estado 2014 sido distribuída ao PS, anteriormente, estes dois pareceres deveriam ser elaborados pelo PSD.

Foi nomeado o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) para elaborar ambos os pareceres.

- 8. Nomeação de Deputado autor do parecer para a Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2016**

Este ponto da ordem do dia foi tratado conjuntamente com o ponto anterior.

9. Outros assuntos

Nada havendo a tratar neste ponto da ordem do dia, a reunião foi encerrada às 12:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de fevereiro de 2016.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 12/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Eusébio
Bruno Dias
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Hugo Costa
João Paulo Rebelo
Joel Sá
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Ricardo Bexiga
André Pinotes Batista
António Cardoso
António Topa
Carlos Silva
João Paulo Correia
Paulo Neves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira
Odete Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
Paulino Ascensão
Pedro Mota Soares